



DIVULGAÇÃO
DE RESULTADOS

2024

REENERGISA GERACAO
FOTOVOLTAICA VI S/A



GRUPO

energisa12





REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

Cataguases, 31 de março de 2025 – A Administração da REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	3.270	217
Clientes	5	66	71
Tributos a recuperar	6	13	12
Outros créditos		609	633
Total do circulante		3.958	933
Não circulante			
Tributos a recuperar	6	12	-
		12	-
Imobilizado	7	20.186	19.452
Intangível	8	430	416
Total do não circulante		20.628	19.868
Total do ativo		24.586	20.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	1	7
Arrendamentos operacionais	10	55	49
Impostos e contribuições sociais	11	163	78
Dividendos a pagar		12	-
Outros passivos		11	-
Total do circulante		242	134
Não circulante			
Arrendamentos operacionais	10	392	368
Provisão para desmobilização		1.324	-
Total do não circulante		1.716	368
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	20.881	20.269
Reserva de lucros	13.2 e 13.4	94	-
Prejuízos acumulados		-	(582)
Reserva especial de dividendos	13.3	1.081	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	572	612
Total do patrimônio líquido		22.628	20.299
Total do passivo e patrimônio líquido		24.586	20.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA VI S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	14	3.143	271
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	15	(1.011)	(63)
Lucro bruto		2.132	208
Despesas gerais e administrativas	15	(7)	(633)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		2.125	(425)
Receitas financeiras	16	63	15
Despesas financeiras	16	(19)	(8)
Despesas financeiras líquidas	16	44	7
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.169	(418)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(352)	(30)
Lucro/Prejuízo do exercício		1.817	(448)
Lucro/Prejuízo básico por ação - R\$	18	0,23	(0,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro/Prejuízo do exercício	1.817	(448)
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	1.817	(448)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Reserva Especial de Dividendos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
				Reserva legal					
Saldos em 01 de janeiro de 2023		1.000	-	-	-	-	(134)	1.224	2.090
Aumento de capital conforme AGE do dia 06 de maio de 2022	13.1	1.615	-	-	-	-	-	(1.224)	391
Aumento de capital conforme AGE do dia 01 de novembro de 2023	13.1	17.654	-	-	-	-	-	-	17.654
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(448)	-	(448)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	-	-	-	-	612	612
Saldos em 31 de dezembro de 2023		20.269	-	-	-	-	(582)	612	20.299
Aumento de capita com AFAC conforme AGE do dia 15/05/2024	13.1	612	-	-	-	-	-	(612)	-
Ajuste anos anteriores		-	-	-	-	-	(48)	-	(48)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	1.817	-	1.817
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									-
Reserva legal	13.2	-	-	59	-	-	(59)	-	-
Dividendos	13.4	-	-	-	-	-	(12)	-	(12)
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	-	35	-	(35)	-	-
Reserva especial de dividendos	13.3	-	-	-	-	1.081	(1.081)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	-	-	-	-	572	572
Saldos em 31 de dezembro de 2024		20.881	-	59	35	1.081	-	572	22.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

		2024	2023
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de locação de equipamentos e prestação de serviços	14	3.262	281
		3.262	281
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços de terceiros	15	(3)	(556)
Outros custos operacionais		(21)	(137)
		(24)	(693)
Valor adicionado bruto			
Depreciação e amortização	15	(1.013)	(1)
		2.225	(413)
Valor adicionado líquido produzido			
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	63	15
		63	15
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		471	42
Estaduais		1	-
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	16	19	8
Aluguéis		(20)	-
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		47	
Lucros reditos /Prejuízo do exercício	18	1.770	(448)
		2.288	(398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	1.817	(448)
Reclassificação de anos anteriores	(48)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	352	30
Depreciação e amortização	1.013	1
Redução (aumento) dos ativos		
Clientes	704	(704)
Tributos a recuperar	-	(12)
Adiantamento a fornecedores	-	-
Outros créditos	(622)	260
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(6)	(122)
Tributos e contribuições sociais	(267)	(95)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(85)	-
Outras contas a pagar	1.335	(4)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	4.193	(1.094)
Atividades de investimentos		
Caixa e equivalente de caixa adquirido na combinação de negócios	-	-
Caixa equivalente de caixa pago na combinação de negócio	-	-
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(66)	171
Aplicações no imobilizado e intangível	(1.758)	(5.837)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	(3)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(1.827)	(5.666)
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos, financiamentos e debentures	-	-
Pagamentos de debentures - principal e juros	6	(13.169)
Integralização de capital	-	-
Pagamento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	-
Pagamento arrendamento mercantil	-	446
Aumento de capital	572	18.045
Adiantamento para futuro aumento de capital	109	612
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	687	5.934
Variação líquida do caixa	3.053	(826)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	217	1.043
Caixa mais equivalentes de caixa finais	3.270	217
Variação líquida do caixa	3.053	(826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S.A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Reenergisa Geração Fotovoltaica VI (“Reenergisa VI” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto a implantação, desenvolvimento e exploração de usina solar, na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada.

Em 28 de janeiro de 2022 a controladora Alsol Energias Renováveis S/A (“Alsol”) celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças, por meio do qual se tornou titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes companhias: SPE Vision Solar I Ltda, Vision Francisco Sá SPE S/A, Vision Itaobim SPE S/A, UFV Vision IV Curvelo S/A, SPE Vision V Almenara Ltda, UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda, SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda, Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

Em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição da Companhia pela sua controladora Alsol.

Nos últimos anos, a Companhia intensificou os investimentos em sistemas próprios para locação com o intuito de expandir sua cartela de clientes e maior atuação no mercado de energias renováveis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com o IFRS Accounting Standard emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.



3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Clientes – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

c) Imobilizado – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

Desmobilização dos ativos fotovoltaicos: considerando que as usinas possuem contratos de arrendamento do terreno e assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

d) Intangível – os ativos intangíveis compreendem o direito de uso e os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas;

e) Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o



montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

f) Imposto de renda e contribuição social – a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

A alíquota de presunção é de 32%. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto.

g) Arrendamento – os contratos são avaliados, se ele é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido



pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

h) Provisões – são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

i) Dividendos – os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;

j) Receita operacional – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

l) Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.



3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board.

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A companhia aplicará a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2024 equivale a 87,0% do CDI.

Descrição	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	49	217
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações Compromissadas ⁽¹⁾	3.221	-
Total caixa e equivalentes de caixa – circulante	3.270	217

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação, com base nas taxas vinculadas ao CDI.



5. Clientes

Descrição	2024	2023
Serviços não faturados ⁽¹⁾	66	-
Clientes – Vendas de serviços ⁽²⁾	-	71
Total - Circulante	66	71

(1) O valor dos serviços não faturados refere-se à apropriação por provisão na competência referentes à prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas apurados na data do balanço. Os saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

(2) Refere-se a serviços de locação das usinas fotovoltaicas.

6. Tributos a recuperar

Descrição	2024	2023
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	12	10
Impostos e contribuições a Recuperar – IRRF	10	-
Outros	3	2
Total	25	12
Total - circulante	13	12
Total - não circulante	12	-

(1) Referem-se a créditos de tributos a recuperar ou retidos na fonte, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos em 2023	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		-	-	679	-	679
Máquinas e Equipamentos ⁽¹⁾		-	-	19.342	-	19.342
Total do imobilizado em serviço		-	-	20.021	-	20.021
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	-	-	-	(2)	(2)
Máquinas e Equipamentos	4,10%	-	-	-	(990)	(990)
Total Depreciação acumulada		-	-	-	(992)	(992)
Subtotal Imobilizado		-	-	20.021	(992)	19.029
Imobilizado em curso		19.452	1.726	(20.021)	-	1.157
Total do Imobilizado		19.452	1.726	-	(992)	20.186

	Saldos em 2022	Adições	Saldos em 2023
Imobilizado em curso	14.032	5.420	19.452
Total do Imobilizado	14.032	5.420	19.452

(1) Inclui R\$1.324 deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontram instalados as Usinas quando do encerramento dos contratos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo.



8. Intangível – direito de uso

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
Direito de Uso - Imóveis						
Custo	4,67%	417	32	-	-	449
Amortização Acumulada		(1)	-	3	(21)	(19)
Total Intangível – direito de uso		416	32	3	(21)	430

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2022	Adição	Amortização	Saldos em 2023
Direito de Uso - Imóveis					
Custo	0,24%	-	417	-	417
Amortização Acumulada		-	-	(1)	(1)
Total Intangível – direito de uso		-	417	(1)	416

9. Fornecedores

Descrição	2024	2023
Fornecedores de serviços	1	7
Total - Circulante	1	7

10. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2023	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Arrendamentos operacionais						
Terrenos	25	11,05%	417	(62)	92	447
Total			417	(62)	92	447
Circulante			49			55
Não circulante			368			392



	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2022	Adição	Saldos em 2023
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	-	417	417
Total			-	417	417
Circulante					49
Não circulante					368

Em 31 de dezembro de 2024, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2026	18
2027	18
2028	18
2029	18
2030	18
Após 2030	302
Total	392

11. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2024	2023
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	85	-
Imposto sobre Serviços - ISS	37	37
Contribuição social s/o lucro - CSLL	32	8
Contribuições ao PIS e a COFINS	8	10
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	17
Outros	1	6
Total - circulante	163	78

12. Transações com partes relacionadas

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços prestados ⁽²⁾	Saldo a receber ⁽²⁾	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
ALSOL Energia Renováveis S/A	1.779	208	(572)
2024	1.779	208	(572)
2023	-	-	(612)

(1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

(2) Serviço de geração distribuída.



13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$20.881 (R\$20.269 em 2023) e está representado por 8.214.205 (7.602.246 em 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$612, mediante a emissão de 611.959 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, passando o capital social de R\$20.269 para R\$20.881.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista ALSOL., mediante capitalização do valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2023, devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

13.2 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

13.3 Reserva especial de dividendos

O montante de reserva especial de dividendos no exercício de 2024 é de R\$1.081, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

13.4 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2024
Lucro líquido do exercício	1.814
Absorção de prejuízos	630
Reserva legal	(59)
Lucro líquido ajustado	1.128
Dividendos obrigatórios (25%)	282
. Dividendos a pagar – R\$0,0014177428 por ação ordinária	12
. Dividendos adicionais propostos – R\$0,0042532296 por ação ordinária	35
. Reserva especial de dividendos – R\$0,1316185888 por ação ordinária	1.081
Total dos dividendos	1.128
% sobre o lucro líquido ajustado	100%



14. Receita Operacional Líquida

Descrição	2024	2023
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	3.262	281
Deduções à receita operacional		
PIS	(21)	(2)
COFINS	(98)	(8)
Total das deduções à receita operacional	(119)	(10)
Receita operacional líquida	3.143	271

15. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2024	2023
Serviços de terceiros	-	3	3	555
Depreciação e amortização	992	21	1.013	1
Outras despesas	19	(17)	2	140
Total	1.011	7	1.018	696

16. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2024	2023
Receita de aplicações financeiras	63	15
Total receita financeira	63	15
Ajuste a valor presente – AVP	(16)	-
Despesas bancárias	(1)	-
Juros/multas	(2)	-
Outras despesas financeiras	-	(8)
Total despesa financeira	(19)	(8)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	44	7



17. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme demonstração seguinte:

Regime lucro presumido	2024		2023	
	IRPJ	IRPJ	CSLL	CSLL
Receita da prestação de serviços	3.262	3.262	281	281
Alíquota de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	1.044	1.044	90	90
Receita sobre aplicações financeiras	63	63	35	35
Base de cálculo	1.107	1.107	125	125
Base de cálculo total	1.107	1.107	125	125
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(166)	(100)	(19)	(11)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(86)	-	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(252)	(100)	(19)	(11)

18. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2024	2023
Lucro(prejuízo) do exercício	1.817	(448)
Média ponderada das ações	8.010	1.901
Lucro(prejuízo) básico por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	0,23	(0,24)

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

19. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

20. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não examinadas pelos auditores independentes.



As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado
			2024
Risco Operacional	21/09/2025	90.000	36
Total			36

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da empresa, é o que segue:

Descrição	2024	2023
Atividades de investimentos		
Aumento de capital	612	1.224

Diretoria

Guilherme Perdigão Nascimento
Diretor Presidente

Erick Domingues Alencar
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Lima Costalonga
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

Rodolfo da Paixão Lima
Contador CRC-RJ 107.310/0-0